

História, tecnologia e ensino: os horizontes da pós-graduação *latu sensu* em História e Práticas Docentes do CEFET-MG

Entrevista com Daniel Diniz Barbosa e James Goodwin Jr.

[concedida via correio eletrônico]

Daniel Henrique Diniz Barbosa é professor da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica desde 2008. Atua como docente de História para as turmas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Graduação, pesquisa história do desenvolvimento econômico brasileiro e, atualmente, o papel das mídias no Ensino de História. Coordena, desde 2024, o Programa de Pós-Graduação Lato sensu História e Práticas Docentes do CEFET-MG.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2997722850933017>

James William Goodwin Jr. leciona História desde o século passado. É Professor Titular de História no Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica - CEFET-MG, atuando em Belo Horizonte. Pesquisa as representações das ideias de Progresso, Civilização e afins nos discursos letrados impressos, especialmente jornais e revistas periódicas, e suas relações com o espaço urbano em Minas Gerais, no final do século XIX e início do século XX. É vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação Lato sensu História e Práticas Docentes.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6993816296486502>

Entrevista elaborada por Bheatriz Alessandra Rocha de Souza (CEFET-MG), Marcus Vinícius Damasceno de Moraes (CEFET-MG) e Wemerson F. Gomes (UFMG).¹⁴⁵

¹⁴⁵ Bheatriz Alessandra Rocha de Souza é licenciada em História pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH) e pós-graduanda lato sensu em Educação Infantil pelo Centro Universitário UNA e em História e Práticas Docentes pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Atua como professora na educação básica, contratada pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Marcus Vinícius Damasceno de Moraes é bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pós-graduando em História e Práticas

[Entrevistadores]: Professor, como foi concebida a proposta do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em História e Práticas Docentes do CEFET-MG? Quais fatores justificaram a inclusão de uma formação voltada para a docência em História em uma instituição cujo foco tradicional está (ou estava) predominantemente no ensino técnico no nível médio e nas engenharias no superior?

[Daniel Diniz Barbosa e James Goodwin Jr.]: A política institucional de departamentalização, verticalização dos cursos e circulação dos saberes colocou para nosso departamento o desafio de pensar, estrategicamente, nosso lugar dentro do CEFET-MG. A ideia era encontrar uma proposta que aglutinasse interesses e conhecimentos [expertise é o termo, mas acho que vai ficar muito empresarial] das e dos docentes em História – incluindo, também, as pessoas que atuam nos outros campi, fora de Belo Horizonte. Um desses pontos em comum é, justamente, nossa prática docente e todas as reflexões, experiências, vivências e desafios que ela nos traz.

A cultura escolar mais ligada às áreas técnicas apresenta desafios, mas, hoje, é a realidade de centenas de instituições, se considerarmos toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, além de outras instituições particulares onde docentes de História também atuam.

É nossa compreensão que a História pode desempenhar papéis importantes nesse contexto, não apenas na formação de uma pessoa crítica e cidadã, mas, também, na desnaturalização da tecnologia, na historicização dos processos e escolhas que nos trouxeram até aqui – e que influenciam tanto o que ensinamos, quanto o ambiente em que atuamos como docentes.

Além disso, é importante destacar que a Rede conta com professores específicos para as áreas técnicas mas, também, para as áreas de formação geral e que esse quadro, em sua ampla maioria, se compõe de mestres e doutores pessoal, portanto, capacitado para políticas de expansão acadêmica e institucional. Onde se torna possível a articulação desses quadros, dado o número de docentes de um determinado departamento ou a possibilidade de conexão das áreas de trabalho dos docentes envolvidos, é natural que surja o interesse pela organização de cursos em suas áreas. Sendo assim, nos parece absolutamente razoável que o CEFET-MG ofereça um curso como o nosso.

Docentes pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Atua como professor na educação básica, servidor da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Wemerson F. Gomes é doutorando em História pelo Programa Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e membro da Comissão Editorial da Revista Temporalidades, gestão 2024.

[Entrevistadores]: Em um cenário de questionamentos sobre a relevância das Ciências Humanas e, particularmente, da História, quais foram os principais desafios enfrentados pelo Departamento de História do CEFET-MG para consolidar a criação de um curso de Pós-Graduação em História? Como a instituição superou esses obstáculos para validar a importância desse projeto acadêmico?

[Daniel Diniz Barbosa e James Goodwin Jr.]: Os desafios foram vários. A dimensão operacional é sempre algo a enfrentar: somos um departamento pequeno, cujos docentes atuam nos três níveis da instituição, além de assumirem responsabilidades administrativas. Colegas de outros campi vivem uma situação similar, ainda mais intensa.

Outra dimensão foi a própria definição da proposta. Não queríamos repetir o que já existia, mas abrir um espaço novo, em que pessoas atuando em diferentes frentes pudessem se encontrar e dialogar – preferencialmente docentes, mas, também, profissionais de arquivos, da pesquisa, promotores culturais etc. Desde cedo, definimos que o curso seria gratuito e noturno, em dias de semana, visando facilitar a participação de pessoas que estivessem trabalhando.

Outros desafios surgiram, relativos à conjuntura que vivemos atualmente. O primeiro parecer de avaliação do curso refletiu a postura de um setor reacionário, repetindo ideias e preconceitos da extrema-direita de uma forma pueril, sem sustentação acadêmica. Uma peça de ignorância, em vários sentidos da palavra. Felizmente, a reação institucional foi rápida e eficaz, garantindo a liberdade de cátedra, o respeito à democracia, a exigência de qualidade intelectual e acadêmica.

Esse embate custou-nos meses de trabalho, atrasando o início das atividades. Mas tornou o grupo mais coeso e preparado, além de fortalecer a postura democrática que precisamos, atentamente, defender.

[Entrevistadores]: Quais são os planos do Departamento de História do CEFET-MG em relação à ampliação do curso de Pós-Graduação em História? Considerando a forte conexão entre os docentes e a educação básica e superior, existe a possibilidade de abertura de novas turmas ou até mesmo a criação de um curso de graduação (bacharelado ou licenciatura) em História?

[Daniel Diniz Barbosa e James Goodwin Jr.]: Não temos pretensão em criar um curso de graduação. Não faria sentido, seja dentro da instituição, seja no contexto da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Mas, se tudo correr bem, pretendemos construir um projeto de Mestrado Profissionalizante, que venha atender a demandas específicas de formação continuada, da produção

de material de ensino a partir da pesquisa, de espaços de diálogo e discussão. Veremos quanto disso conseguiremos colocar em prática.

No caso específico do curso de História e Práticas Docentes, pretendemos abrir nova turma, mas isso dependerá de circunstâncias institucionais ainda a definir, o que não nos permite fechar questão.

[Entrevistadores]: A partir de uma certa concepção de tecnologia, é frequente a associação entre inovação e ferramentas materiais. No entanto, a tecnologia na História pode ser compreendida como o uso da linguagem para a produção e a disseminação do conhecimento histórico. Nesse sentido, como você avalia a relação entre o CEFET-MG e o papel social da História, da Historiografia e do ensino de História, especialmente considerando os métodos de socialização do conhecimento?

[Daniel Diniz Barbosa e James Goodwin Jr.]: Há, aqui, dois aspectos a considerar. Um, a linguagem como tecnologia – algo no qual CEFET-MG tem investido bastante, vide o Bacharelado em Letras – Tecnologias de Edição e o POSLING – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens. Esta discussão já aponta para o que mencionamos antes, sobre desnaturalizar certas concepções de tecnologia. Há várias tecnologias que usamos todo o tempo, e uma abordagem que nos leve a pensar seriamente sobre elas pode enriquecer, muito, nossa maneira de pensar nossa atuação docente de pesquisa.

Por exemplo, considerarmos que o processo de ensino e aprendizagem utiliza várias tecnologias diferenciadas, seja do ponto de vista material (da cartolina à inteligência artificial), seja metodológica – e aqui é algo a se destacar, porque, se não temos uma concepção clara do lugar da tecnologia no mundo, muitas vezes não percebemos as possibilidades e as armadilhas de seu uso.

Claro, também, que há um aspecto mais restrito a abordar, também, a partir do surgimento de novas ferramentas tecnológicas, como os aparelhos celulares e os programas de inteligência artificial, que alteram completamente a maneira como pensarmos e agimos, da escrita de um artigo à elaboração de uma atividade didática.

Importante, portanto, que atentemos a esse processo todo. Para que possamos usar bem aquilo que temos à nossa disposição, o que implica, também, não limitar o uso dessas ferramentas todas para fortalecer posturas capitalistas, excludentes e destruidoras da vida.

[Entrevistadores]: Como o CEFET-MG, uma instituição com forte vocação para áreas técnicas, pode utilizar seu conhecimento tecnológico e metodológico para inovar nas práticas de ensino de História e na produção historiográfica?

[Daniel Diniz Barbosa e James Goodwin Jr.]: Este é o desafio a que nos propomos, e não sei se temos uma resposta pronta para esta questão. Algumas pistas já estão dadas nas respostas anteriores. Reiteramos esses elementos: a historicização dos processos que constroem as ferramentas tecnológicas – seja na História da Técnica, seja na História da Educação; e a abertura ao uso de diferentes tecnologias, sem cair no deslumbramento de falsas panaceias, evitando, também, atitudes reacionárias. É bom lembrar que a técnica, qualquer que seja ela, é sempre fruto de uma escolha e uma escolha fruto da interação humana e social que, ao deixar suas marcas, torna-se a nossa matéria-prima como historiadores e historiadoras. Nesse sentido, menos importante é saber como o conhecimento tecnológico pode permitir novas abordagens no ensino de História, mas como o ensino de História que convive no cotidiano com o ensino técnico pode ajudar na compreensão de sociedades progressivamente mais demandantes da tecnologia, de forma crítica e responsável.

[Entrevistadores]: De que forma o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em História e Práticas Docentes articula a teoria da história com a prática docente, considerando os três objetivos primordiais mencionados (conceitos, métodos e ensino)?

[Daniel Diniz Barbosa e James Goodwin Jr.]: A proposta que sustenta a estruturação do curso é pensada em três eixos: fontes documentais e sua utilização como recurso de pesquisa e docência; temas que merecem aprofundamento, como temas sensíveis ou que passaram a ser abordados nas graduações há pouco tempo; e a discussão sobre o ensino de História, em múltiplas dimensões. Este último é o ponto articulador, ao estabelecer o diálogo entre a teoria do que é o fazer histórico e a prática docente – que inclui a pesquisa e a atuação em sala de aula ou em outros espaços. Na abordagem da docência encontram-se os referenciais para a articulação entre os demais temas.

Isto se dá em termos práticos, também, já que todas as disciplinas incluem a abordagem de sua temática a partir da docência.

[Entrevistadores]: Como o conceito de História Pública – amplamente discutido durante o curso – pode ser aplicado para o aprimoramento da divulgação científica e do ensino de História em espaços não formais, como arquivos, museus e até nas redes sociais?

[Daniel Diniz Barbosa e James Goodwin Jr.]: O conceito de História Pública, ao ampliar o escopo de propagação da narrativa histórica, aumenta, também, o campo da própria atuação do profissional formado em História. A percepção, portanto, que o espaço da sala de aula está longe de ser exclusivo para a construção do conhecimento histórico impõe um fazer profissional que se espalha para áreas que, não obstante sempre tenham sido afins, parecem hoje mais confortáveis para nosso exercício laboral. Afora isso, é importante pensar no historiador como o profissional apto a insuflar a controvérsia, o dissenso, a dúvida onde tudo parece conformado. É notório que na atualidade, sobretudo nas redes sociais e em certa bibliografia, esse dissenso é dos produtos que mais vendem: amparados em narrativas fantasiosas ou costurando meias verdades que consolidam grandes mentiras, esses espaços semeiam muito do absurdo que vai se criando em parte da sociedade. Mas, é justamente este o embate que se pode e se deve fazer e para isso que a ideia de História Pública nos parece fundamental. Reconhecer o debate historiográfico e valer-se da metodologia operacional da História é o que nos capacita para esse debate e esse enfrentamento. Quem, senão o profissional de história, irá adicionar uma placa na estátua de um Borba Gato para, em vez de destruí-la, contextualizá-la e problematizá-la?

[Entrevistadores]: Os paradoxos entre escravidão, capitalismo histórico e racismo podem ser fundamentais para a compreensão da formação da modernidade ocidental. Como essa discussão, abordada durante o curso, contribui para um ensino de História ativamente antirracista?

[Daniel Diniz Barbosa e James Goodwin Jr.]: Primeiro, por trazer esses temas à tona. Ainda que muito contemporâneos, ainda no início do século não eram estudados na maioria dos cursos de graduação em História do país. Logo, há todo um conjunto de profissionais da História, na docência e na pesquisa, que não teve oportunidade de ler, estudar e discutir esses temas em um ambiente acadêmico.

Segundo, pelo caráter sistêmico mesmo desta abordagem. Não é apenas uma questão de ampliar o conhecimento factual sobre os processos de escravização e resistência; é um outro olhar, que entende

esse fenômeno como constituinte da Modernidade ocidental, ou capitalista, se preferir – já que a mundialização do capitalismo, sustentada pela escravidão, não se restringiu ao hemisfério ocidental. Por exemplo, nesta visão sistêmica, o processo de formalização do conhecimento científico deixa de ser estudado à parte, como “Revolução Científica” e “Iluminismo”, para ajudar a entender o estabelecimento de um racismo científico – o qual, depois, será usado para justificar a expansão imperialista das potências capitalistas nos séculos XIX e XX. E tudo isso ocorre concomitantemente ao grande negócio da escravidão. Note bem: concomitante, não em paralelo – porque, definitivamente, essas linhas se encontram e se misturam.

O mesmo pode ser dito sobre os movimentos de resistência. A Revolução Haitiana radicalizou as ideias da Revolução Francesa, e inspirou os gregos a resgatarem a ideia de democracia na sua luta contra o Império Otomano. Não se pode separar toda a discussão sobre “liberdade” e “igualdade” proposta pelos iluministas e revolucionários europeus do contato com as civilizações indígenas na América e do contraponto da escravidão.

[Entrevistadores]: Qual a importância de incluir metodologias de trabalho científico, como os seminários de prática e pesquisa, na formação de professores de História? Como essas ferramentas contribuem para a construção de uma prática docente crítica e reflexiva?

[Daniel Diniz Barbosa e James Goodwin Jr.]: Entendemos que a docência implica na pesquisa. E isto em, pelo menos, dois aspectos. É importante que a e o docente entenda como o conhecimento histórico é construído atualmente, para que possa melhor avaliar o material disponível ao seu trabalho – desde livros didáticos até sites na internet. Especialmente neste período de desinformação como estratégia de dominação, o conhecimento e o domínio do ferramental intelectual são imprescindíveis para que se possa trabalhar criticamente.

Mas há, também, a pesquisa propriamente. Nem todos os temas têm material disponível, especialmente quando se trabalham realidades mais específicas, como a história local de uma cidade, ou de um bairro, por exemplo, e esta lacuna exige pesquisa histórica para a construção de um material didático. Mesmo temas clássicos podem ser abordados de maneiras diversificadas, mas isto exige modificar abordagens, fontes documentais etc. – o que implica, necessariamente, no conhecimento e na prática da pesquisa.

[Entrevistadores]: Como a abordagem da historiografia e da história das mulheres pode desafiar narrativas tradicionais e contribuir para um ensino de História mais inclusivo e pluralista? Como o CEFET-MG tem se preparado para ampliar essas discussões na Pós em História e Práticas Docentes?

[Daniel Diniz Barbosa e James Goodwin Jr.]: Tais temas, como outros aqui discutidos, ajudam a ampliar os referenciais do conhecimento histórico e as possibilidades de abordagem dos temas trabalhados por profissionais da História. A “história das mulheres” é um bom exemplo, seja como um objeto em si – uma história das mulheres na tecnologia, por exemplo, seja como um outro olhar sobre temas clássicos – como a participação das mulheres no Iluminismo, movimento geralmente apresentado como ambiente masculino, apenas. Novas narrativas sobre novos temas, ou sobre temas já conhecidos, ajudam a pensar a História como conhecimento sempre em construção – o que nos obriga a sempre estudar, para podermos rever e repensar o que está estabelecido. Isso pode, caso nos esforcemos para isso, ajudar na inclusão de vozes, sujeitos e perspectivas, ampliando o escopo do que é considerado “canônico” em História.